



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Ata do 12º Encontro Regional On-Line da CGJ – Biênio 2019-2020	
Tema	Audiência Interna com Magistrado e Servidores e Audiência Pública da 1ª Região Judiciária – Comarca de Goiânia
Data e hora	09/12/2020, 08:30 horas
Local	Sala Zoom - Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás
Secretário	Kenedy Augusto Batista Pereira e Ana Paula Saad Canedo Machado
Participantes da mesa diretora virtual	<p>Audiência Interna com os Magistrados e Servidores ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Coordenador da Comissão Organizadora de Encontros Regionais DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA - 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça ALGOMIRO CARVALHO NETO - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça PAULO CÉSAR ALVES DAS NEVES – Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Goiânia</p> <p>Audiência Pública ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS; - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Coordenador da Comissão Organizadora de Encontros Regionais ALGOMIRO CARVALHO NETO - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA - 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça PAULO CÉSAR ALVES DAS NEVES – Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Goiânia</p>

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

Quarta-Feira (09/12/2020):

- Reunião Institucional com Magistrados e Servidores da 1ª Região Judiciária, no turno matutino, sob a coordenação dos magistrados ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça e PAULO CÉSAR DAS NEVES – Diretor do Foro da Comarca de Goiânia
- Reunião com Cartorários do Foro Extrajudicial da 1ª Região conduzida por Algomiro Carvalho Neto - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

Quinta-Feira (10/12/2020):

- Reunião Reservada da Corregedoria-Geral da Justiça com Magistrados da Comarca de Goiânia



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- Audiência Pública presidida pelo pelo 3o Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça representando o Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, Corregedor-Geral da Justiça.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO INSTITUCIONAL

1. Fabrcio Duarte Sousa, Presidente do SindJustiça, arguiu sobre o Turno Único do Judiciário e as questões que o circundam, especialmente a situação de mães e pais que tem filhos em idade escolar e a possibilidade de conciliar o trabalho produtivo com a qualidade de vida. Em razão disso perguntou sobre (a) quais medidas a CGJ identificou que devem ser tomadas para proporcionar e garantir a saúde física e mental dos servidores, com melhor qualidade de vida, (b) o que é e como está sendo tratada a inconsistência de dados que levou a um desempenho ruim do TJ na avaliação de produtividade do CNJ; (c) o que o Dr. Aldo levará a título de experiência para seu novo cargo e colocará em prática através de projetos na próxima gestão;

Aldo Sabino, 3º JA-CGJ respondeu (a) que o próprio Encontro Regional tem como objetivo trabalhar a melhor qualificação dos servidores e conseqüentemente um melhor aproveitamento da força de trabalho com vistas a proporcionar qualidade de vida alinhada com a maior produtividade do servidor e que o maior legado da pandemia foi a experiência com a capacidade de aprendizado e a possibilidade de se reinventar tendo em conta que foi preciso dobrar a capacidade cognitiva e laboral para atender as demandas surgidas com a pandemia. São 3 os pontos principais desse legado: informalidade e sua importância para a execução dos trabalhos judiciais; videoconferência aplicada na execução de trabalhos judiciais para economia e qualidade do serviço; e utilização da sala passiva tornando a carta precatória-inquiritória exceção;

Paulo César Alves das Neves, Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Goiânia, também respondeu que o turno único facilitará e promoverá a padronização do trabalho, além de representar uma possibilidade de economia para o Poder Judiciário. Economia que poderá ser revertida em benefícios para os servidores e magistrados. Sobre o horário de trabalho 12h-19h esclareceu ter sido uma escolha política do próprio TJ, mas que após sua efetiva implementação poderá ser avaliado. Lembrou que o Turno Único é de atendimento ao público e não necessariamente de trabalho interno.

Aldo Sabino, 3º JA-CGJ, explicou que o baixo desempenho demonstrado pelo TJ na avaliação de produtividade do CNJ ocorreu porque o PROJUDI não teve adequação com os parâmetros da leitura da TPU (Tabela Processual Unificada), utilizada pelo CNJ o que causou um problema de comunicação e acabou por determinar a má colocação do TJGO na avaliação de produtividade. Mas que esses números não correspondem à realidade vivida por todos os magistrados e servidores no ano de 2020, que teve um acréscimo de produtividade bastante significativo e os números são impressionantes, apesar de infelizmente não terem sido computados pelo CNJ;

2. Eduardo Tavares dos Reis, Juiz de Direito titular da Comarca de Itaguaru,



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

respondente da 5ª Vara Cível e de Arbitragem, questionou sobre a implementação do Turno Único quando do retorno do recesso em 07.01.2021, se ainda valerão as restrições contra a contaminação da Covid-19 impostas pelos Decretos Judiciários de exceção.

Os magistrados Aldo Sabino e Paulo César Alves das Neves esclareceram que continuam valendo as medidas sanitárias de prevenção da Covid-19, que os Decretos Judiciários de exceção encontram-se em plena vigência e que conviverão com a Resolução-TJGO 136/2020 que dispõe sobre o Turno Único.

3. Moisés Bento, Presidente do SINDOJUS-GO, indagou sobre o acesso digital dos Oficiais de Justiça no PROJUDI; sobre a preocupação com a situação dos servidores do Judiciário que estão sem um Estatuto próprio, visto que a Lei 10.460 foi revogada; demonstrou ainda a preocupação dos Oficiais de Justiça com relação aos desdobramentos da revisão das faixas e as perdas de rendimentos e vencimentos que isso acarretará e solicitou que a Corregedoria revise a proposta apresentada.

Aldo Sabino, 3º JA-CGJ, esclareceu que a CGJ não tem atuação específica na questão do acesso eletrônico dos Oficiais de Justiça ao PROJUDI, mas sempre apoiou a reivindicação, inclusive há um projeto já em fase avançada de implementação da Central Eletrônica de Mandados, com o piloto em funcionamento na Comarca de Senador Canedo e que ao entrar em funcionamento em todo o Poder Judiciário promoverá a inclusão dos Oficiais de Justiça no sistema PROJUDI;

Sobre o ajuste de faixas dos Oficiais de Justiça ou os desdobramentos do Decreto Judiciário 767/2020 ponderou que a proposta de Provimento apresentada pela Comissão de Atos Normativos tem caráter apenas opinativo e que a decisão final é do Corregedor-Geral da Justiça, com quem ainda podem exercer o poder de convencimento.

Fabrizio Duarte, Presidente do SINDJUSTIÇA, quanto à questão do Estatuto, informou que o projeto já está na Alego e que a administração do Tribunal de Justiça tem apoiado e envidado os esforços necessários para sua aprovação;

4. Élcio Vicente da Silva, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, sobre a implantação da CENOPES nos Juizados Especiais;

Paulo César Alves das Neves, Diretor do Foro da Comarca de Goiânia respondeu que para a criação de uma CENOPES para atuar nos Juizados é necessário 10 servidores para desempenhar esta função, o que torna inviável no âmbito desta Diretoria, vez que não há mão de obra disponível.

5. Maria Umbelina Zorzetti, Juíza de Direito Titular da Vara de Crimes apenados com Detenção e Crimes de Trânsito, sobre o Turno Único, solicita a flexibilização do horário de trabalho durante o período de pandemia, ponderando que há apenas um Defensor Público para as 2 Varas de Crimes punidos com detenção, o que se torna inviável a realização de audiências em um único período de trabalho; sobre a as audiências por vídeoconferência solicitou celulares em razão de limitações técnicas para realizá-las pelo computador; fez indagações sobre a LGPD; e também sobre a criação do



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

CEJUSC criminal;

Aldo Sabino, 3º JA-CGJ, esclareceu que durante a pandemia será admitida a flexibilização do horário de trabalho;

Donizete Martins de Oliveira, 1º JA-CGJ, colocou-se a disposição para intermediar sobre a atuação do Defensor Público nas audiências, sendo necessário que abra um PROAD com a solicitação;

Maria de Fátima, Diretora da DGPJD informou que os processos sigilosos no PROJUDI aguardam ações da Diretoria de Informática, que está, notoriamente, sobrecarregada neste período de pandemia, mas que a demanda se encontra no cronograma de trabalho;

Paulo César das Neves, Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Goiânia, informou que o projeto-piloto do CEJUSC criminal foi instalado na comarca de Goianésia e que tem previsão para ser estendido ao restante do Estado;

Anderson Yagi, Diretor de Informática, esclareceu que há um processo licitatório para a aquisição de 800 web-cams que atenderão as Varas Criminais na realização de audiências por videoconferência;

6. Murilo Vieira de Faria, Juiz de Direito titular do 4º JEC, pontuou a necessidade de equalização da força de trabalho e a necessidade de reposição de recursos humanos; sobre o teletrabalho e política de saúde mental dos magistrados; sugeriu que o envio de documentos/cientificações seja feito apenas por um canal de comunicação (malote ou e-mail) e de forma temática, enviando apenas documentos relacionados à área de atuação de cada magistrado; solicitou a possibilidade de atualização do dossiê digital pelos próprios magistrados; questionou sobre o plantão judiciário de Goiânia e a adoção de regras para aumentar o prazo das folgas dos magistrados participantes ou criar remuneração específica;

Aldo Sabino, 3º JA-CGJ, (a) sobre a equalização da força de trabalho esclareceu, pelas informações que se tem da Presidência do Tribunal, que não haverá concurso no médio ou longo prazo, mas investimento no teletrabalho visando o aumento racional de produtividade e a criação de centrais únicas de servidores, como a dos Contadores Judiciais que já foi implementada, e CPEs que auxiliem a todas as Unidades Judiciárias do Estado de Goiás, na medida de sua necessidade, que visam a equalização da força laborativa; (b) ponderou que o teletrabalho tem que trazer saúde e independência funcional, sem trazer transtorno ao trabalho dos magistrados e dos servidores; (c) a questão do malote digital (e de sua otimização) é importante e já existe um PROAD instaurado a partir da sugestão do Dr. Rodrigo Brustolin, Diretor do Foro da Comarca de Rio Verde, em que estão sendo feitos estudos para implementação de melhorias e otimização no envio de documentos pelo malote digital e que os trabalhos estão sendo desenvolvidos para isso, inclusive com auxílio do Dr. Algomiro de Carvalho Neto, 2º JA da CGJ. A ponderação do Dr. Murilo, todavia, deve ser objeto de registro e atenção nos estudos sobre o ema; (d) quanto ao Plantão, informou que já há iniciativa da próxima gestão (Des. França) para a criação de um grupo específico de



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

plantão e até de varas especializadas de plantão, da capital e do interior, caso a demanda realmente justifique essa iniciativa.

Paulo César, Diretor do Foro da Comarca de Goiânia, esclareceu que há um projeto para que o plantão judiciário seja feito por Varas Especializadas que irão atender todo o Estado. É um projeto da Presidência do TJ para a próxima gestão;

Wanessa Oliveira Alves, Diretora de Recursos Humanos, esclareceu que a atualização de dossiê pode ser feita no EGESP, permitindo a qualquer tempo os magistrados e os servidores inserirem documentação e atualizar os dados, com o que o Dr. Aldo Sabino informou que a questão suscitada pelo Dr. Murilo estava esclarecida e resolvida neste ponto específico;

7. Patrícia Carrijo, Juíza de Direito e Presidente da Asmego, fez esclarecimentos sobre questões afetas aos magistrados: o plantão judiciário, o Juiz 100% digital, a equalização da força de trabalho, a necessidade de evolução do PROJUDI, o concurso público para magistrados informando que há um compromisso da administração de abertura de certame no médio prazo. Mencionou também que já existem PROADs abertos e em tramitação para as questões tratadas nesta reunião;
8. Viviane Silva de Moraes Azevedo, Juíza de Direito titular do 11º Juizado Especial Cível apresentou preocupação com o Juízo 100% digital, especialmente no que diz respeito às audiências de conciliação por videoconferência que não observam o mesmo ritmo dos atos presenciais e ainda é necessário que sejam feitas apenas pelo conciliador titular do Juizado.
Aldo Sabino, 3º JA-CGJ, ponderou que o processo 100% digital não é obrigatório, mas de adesão por negócio jurídico-processual entre as partes; o processo no Juizado, com audiência presencial, continuará sendo a regra e a maioria; o conciliador titular poderá coordenar as outras bancas, desde que próximo dos outros conciliadores, ainda que exista a previsão de novos cursos para capacitação de conciliadores cancelado pelo CNJ;
9. Fabíola Fernanda Feitosa de Medeiros Pitangui, Juíza de Direito da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, solicita que sejam feitos esclarecimentos e capacitação aos servidores e magistrados sobre a aplicação da TPU na inserção de atos para que estejam aptos a serem computados na estatística do CNJ; Solicitou que o Sistema Controle contemplasse os relatórios para as Turmas Recursais, visto que além de não aparecer os processos conclusos a mais de 100 dias. Encaminhou Ofício explicando em detalhes a solicitação de acesso aos dados do Sistema Controle pelas Turmas Recursais.
Aldo Sabino, 3º JA-CGJ, informou que será instaurado um PROAD para que sejam promovidas alterações no sistema controle e sistema de estatística para que as listas referentes às Turmas Recursais (processos prontos para julgamento/conclusos há mais de 100 dias), individualizados por magistrados fiquem disponíveis para consulta interna e externa, conforme o ofício de solicitação da magistrada anexado a esta ata;
Susana Silva Araújo, Assistente do 3º JA-CGJ, sobre a utilização da TPU



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

para nomeação de atos esclareceu que está sendo elaborada uma FAQ com a orientação necessária para cadastramento e movimentação adequadas às exigências do CNJ, vinculando os dados a serem inseridos no PROJUDI aos parâmetros para contagem estatística no DATAJUD;

10. Wilson da Silva Dias, Juiz de Direito titular da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, solicitou a informação acerca da implementação do convênio estabelecido com o DETRAN para possibilitar a efetivação de ordens judiciais de restrição em tempo real e que tramita no PROAD 173319; pontuou sobre a necessidade de implementação do Sistema de Controle Digital dos apenados, esclarecendo que já existe um PROAD em tramitação na Diretoria de Informática;

Aldo Sabino, 3º JA-CGJ, informou que o PROAD 173319 está em fase de implementação, com indicação de servidores para estabelecer as rotinas de TI junto ao DETRAN;

Anderson Yagi, Diretor de Informática, esclareceu que já estão em processo de aquisição os equipamentos para possibilitar a implementação do Sistema de Controle Digital dos apenados;

11. Éder Jorge, Juiz de Direito titular da 20ª Vara Cível, reiterou a questão do plantão judiciário, enfatizando o quanto é difícil a atuação do magistrado no plantão judiciário na comarca de Goiânia pois o plantonista fica respondendo por cerca de 100 magistrados no período de 18h às 08h e não deixa de trabalhar no horário regular de 08h às 18h; apontou a necessidade de equalização da força de trabalho pois a demanda é grande e crescente e há poucos servidores qualificados disponíveis; ponderou sobre a demora de atendimento da solicitação da equipe de apoio aos gabinetes judiciais e sugeriu a composição de um grupo de magistrados voluntários para atuarem em unidades judiciais com situação crítica;

Aldo Sabino, 3º JA-CGJ, esclareceu que a equipe de apoio atende as Unidades Judiciais observando uma ordem cronológica de deferimento pelo Corregedor-Geral da Justiça.

Sérgio Dias, Diretor de Correição e Serviços de Apoio, informou que são 17 servidores e que o cronograma de atendimento perpassa a gestão. Nesta gestão especificamente, as Unidades Judiciais incluídas pela inspeção do CNJ não estavam programadas para atendimento e tiveram que ser incluídas com prioridade, o que atrasou os trabalhos para as demais unidades.

Aldo Sabino, 3º JA-CGJ enfatizou que a equipe de apoio aos gabinetes é um tema sensível ao Des. França e ao Des. Nicomedes e há um projeto a ser implementado na próxima gestão de aumento do número de pessoas para o atendimento das Unidades Judiciárias.

Altair Guerra, Juiz de Direito da Turma Recursal, futuro Juiz Auxiliar da CGJ, ao final, esclareceu que as próximas gestões da CGJ e a Presidência terão como foco principal estabelecer um programa abrangente de apoio aos magistrados de primeiro e segundo grau;

12. Reunião encerrada às 11:56



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO INSTITUCIONAL COM MAGISTRADOS

1. Após reiteração pela Dra. Maria Umbelina de seu desejo de resolução da questão envolvendo o comparecimento e a atuação da Defensoria Pública em sua unidade (o que não está ocorrendo com regularidade), **foi determinado pelo 3º Juiz Auxiliar da CGJ a instauração imediata de PROAD com envio ao Dr. DONIZETE MARTINS (1º JA da CGJ) com sugestão de realização de reunião institucional com a Defensoria Pública para resolução do problema.**
2. O Dr. André Lacerda fez questão que se consignasse a sugestão de que essa reunião se realizasse no início da gestão, não no final, como neste caso, **tendo o 3º Juiz Auxiliar da CGJ esclarecido que esse tipo de Encontro Regional é da CGJ (não da Presidência) e que segue um cronograma, que passa pelo Estado todo, bem como que todas as 12 regiões foram atendidas e os magistrados ouvidos durante o biênio. Todavia, informou que iria levar essa ponderação ao Des. Carlos França para atendimento, se for o caso, na próxima gestão da Presidência.**
3. A Juíza Maria Umbelina e também os magistrados André Lacerda e Wilson Dias sugeriram estudos para a criação de uma Subdiretoria Criminal, para atendimento das demandas do Fórum Criminal, de modo mais próximo e célere.
4. Os magistrados Éder Jorge, Abílio Wolnei e Murilo Faria sugeriram maior atenção e eficiência com o Projeto do Voluntariado na Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia.

DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

5. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas, 3º Juiz Auxiliar da CGJ, representando o Corregedor, Des. Kisleu Dias Maciel Filho, iniciou os trabalhos, pontuando que se trata de um novo formato de Encontro Regional, totalmente virtual e que a Audiência Pública se destina a ouvir e escutar as instituições da sociedade da Comarca de Goiânia.
6. Stefane Fiúza, Juíza de Direito da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais lembrou os dois anos de instalação das Turmas Recursais dos Juizados Especiais e agradeceu a Corregedoria, à Diretoria do Foro pelo apoio e suporte oferecido neste período, o que ajudou no desenvolvimento dos trabalhos, na diminuição do acervo, culminando com os elogios feitos pela OAB à atuação daquelas Turmas, que também agradeceu;
7. André Luiz Novaes Miguel, Juiz de Direito titular do 2º Juizado Especial Criminal agradeceu à Polícia Militar e à Polícia Civil pelo empenho na elaboração de TCOs durante esse ano tão desafiador, permitindo que os trabalhos judiciais pudessem continuar sendo executados de forma efetiva;
8. Algomiro Carvalho, 2º JA-CGJ, também lembrou os 2 anos de instalação das Turmas Recursais, já que é presidente da 4ª Turma na qual voltará a atuar a partir de fevereiro de 2021. Além disso salientou o prazer e o engrandecimento



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- profissional de haver trabalhado na Corregedoria-Geral da Justiça, com todos os seus servidores e os colegas magistrados, nesta gestão de êxito e de grandes realizações;
9. Paulo César das Neves, Diretor do Foro da Comarca de Goiânia, lembrou os desafios desse que foi um ano repleto de obstáculos e em que foi necessário continuar a prestar os serviços judiciários driblando uma pandemia sem precedentes na história da humanidade. Parabenizou também a equipe da DPP pela brilhante organização do evento.
 10. Aldo Sabino, 3º Juiz Auxiliar da CGJ, encerrou destacando os desafios enfrentados durante esse ano peculiar pelos 09 magistrados à frente da atual gestão do Poder Judiciário. Destacou o comprometimento, a resiliência e a sabedoria que foram necessários para o enfrentamento das situações extremas, inéditas e complexas que se desdobraram no ano de 2020. Agradeceu a cada um desses gestores e também aos servidores e colaboradores que permitiram que o Poder Judiciário de Goiás continuasse a cumprir sua nobre missão mesmo em meio a tantas intempéries. Ao final, desejou um feliz natal e um próximo ano mais leve a todos.
 11. Audiência encerrada às 14:42

ASSINADO DIGITALMENTE

Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho
Corregedor-Geral da Justiça

Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria

Clécio Silva Marquez
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Kenedy Augusto Batista Pereira
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Ana Paula Saad Cãnedo Machado
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Nº Processo PROAD: 202012000252344

ANA PAULA SAAD CANEDO MACHADO

TÉCNICO JUDICIÁRIO

GABINETE DO JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA 3

Assinatura CONFIRMADA em 14/12/2020 às 18:17

ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS

JUIZ DE DIREITO

GABINETE DO JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA 3

Assinatura CONFIRMADA em 14/12/2020 às 20:23

KISLEU DIAS MACIEL FILHO

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 15/12/2020 às 12:01

KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA

ESCREVENTE JUDICIÁRIO II

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 15/12/2020 às 10:31

CLECIO SILVA MARQUEZ

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 15/12/2020 às 11:30